



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 2, Mai-Ago., 2023

DOI: <https://doi.org/10.20873/v6/AE>

## **ANÁLISE DA EFICÁCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO JALAPÃO – TO: OS CASOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO**

ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF BUDGET EXECUTION IN THE LIGHT OF THE OBJECTIVES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE JALAPÃO REGION – TO: THE CASES OF HEALTH AND EDUCATION

ANÁLISIS DE LA EFICACIA DE LA EJECUCIÓN PRESUPUESTARIA A LA LUZ DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE EN LA REGIÓN DEL JALAPÃO – PARA: LOS CASOS DE SALUD Y EDUCACIÓN

**Waldecy Rodrigues<sup>1</sup>**

**Renan Alves Lima<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo principal analisar a relação entre a alocação de recursos orçamentários e a eficácia na aplicação de políticas públicas de saúde e educação, a luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na Microrregião do Jalapão no ciclo 2018 a 2021. A pesquisa foi estruturada a partir de investigação bibliográfica, documental e coleta de dados disponibilizados para consulta pública por meio do Sistema de Integração de Controle e Auditoria Pública (Sicap) do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Com base na análise de resultados, conclui-se que a alocação dos recursos orçamentários relacionou-se parcialmente com a maior efetividade na prestação de serviços públicos de saúde e educação. Na análise estatística verificou-se que os municípios com menor gasto proporcional em gastos com pessoal, apresentaram melhores desempenhos nos serviços de saúde e educação. Uma outra constatação é que existem maiores evidências estatísticas que um gasto per capita em saúde apresentou efeitos maiores sobre sua efetividade, do que no caso do setor educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Saúde; Educação.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Tocantins

<sup>2</sup> Universidade Federal do Tocantins

**ABSTRACT:** This paper's main objective is to analyze the relationship between the allocation of financial resources and the effectiveness in the application of public health and education policies, considering the Sustainable Development Goals, in the Jalapão Microregion in the 2018 to 2021 budget cycle. The study was structured on bibliographical and documentary research and data collection made available for public consultation through the Public Audit and Control Integration System of the Court of Auditors of the State of Tocantins and the Municipal Management Effectiveness Index. Based on the analysis of results presented, it can be concluded that the allocation of budgetary resources was partially related to greater effectiveness in the provision of public health and education services. In the statistical analysis, it was found that the municipalities that were most prudent in terms of personnel spending performed better, on average, than others with a higher percentage on their payrolls. Another finding is that there is greater statistical evidence that per capita spending on health had greater effects on the effectiveness of the function than in the educational sector.

**KEYWORDS:** Sustainable Development Goals; Health; Education.

**RESUMEN:** El principal objetivo de este artículo es analizar la relación entre la asignación de recursos financieros y la efectividad en la aplicación de las políticas públicas de salud y educación, a la luz de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, en la Microrregión del Jalapão en el ciclo presupuestario de 2018 a 2021. El estudio fue embasado en la investigación bibliográfica, documental y recopilación de datos puestos a disposición para consulta pública a través del Sistema Integrado de Auditoría y Control Público del Tribunal de Cuentas del Estado de Tocantins y el Índice de Eficacia de la Gestión Municipal. Del análisis de resultados presentado se puede concluir que la asignación de recursos presupuestales estuvo parcialmente relacionada con una mayor efectividad y eficacia en la prestación de los servicios públicos de salud y educación. En el análisis estadístico se encontró que los municipios más prudentes en términos de gasto de personal obtuvieron mejores resultados, en promedio, que otros con un mayor porcentaje en sus nóminas. Otro hallazgo es que existe mayor evidencia estadística de que el gasto per cápita en salud tuvo mayores efectos sobre la efectividad de la función que en el sector educativo.

**PALABRAS CLAVE:** Metas de Desarrollo Sostenible; Salud; Educación..

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo principal analisar a relação entre a alocação de recursos orçamentários e a eficácia na aplicação de políticas públicas de saúde e educação, a luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Microrregião do Jalapão no ciclo 2018 a 2021.

A inquietação central que motivou este artigo foi a incerteza sobre se as peças orçamentárias realmente refletem a realidade dos municípios da região, se estes cumprem os índices constitucionais de educação e saúde, e se a gestão dos recursos é efetiva no cumprimento das metas dos ODS's referentes. O interesse é contribuir para preencher a lacuna de pesquisas específicas sobre alocação de recursos e aplicação de políticas públicas na Microrregião do Jalapão, oferecendo insights valiosos para a academia e, principalmente, para os gestores públicos.

O problema de pesquisa tratado aqui é a discussão sobre a alocação de recursos orçamentários na Microrregião do Jalapão ser essencial para compreender que o orçamento não é apenas uma ferramenta financeira, mas sim um elemento chave na promoção do desenvolvimento regional sustentável. Desta forma, definiu-se a questão norteadora sendo: Como a alocação dos recursos orçamentários e a implementação de ações na Microrregião do Jalapão influenciam a qualidade na prestação de serviços públicos de saúde e educação?

A hipótese levantada é que a alocação dos recursos orçamentários e a implementação das ações na Microrregião do Jalapão contribuem para a melhoria da efetividade na prestação de serviços públicos de saúde e educação, resultando em benefícios para a população local e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A importância do orçamento público se destaca quando aplicada em microrregiões específicas, como o Jalapão. Nessa região, conhecida por seu potencial no turismo e na agropecuária, o orçamento desempenha um papel crucial para impulsionar o desenvolvimento local. Apesar de sua riqueza natural e paisagens deslumbrantes, o Jalapão é uma região pouco povoada, com dificuldade de acesso, tornando-se um destino popular para o turismo de aventura.

A Microrregião do Jalapão enfrenta desafios sociais, como altos índices de pobreza e extrema pobreza, destacando-se como uma das áreas mais afetadas no estado. O acesso limitado à saúde, saneamento básico, educação e emprego é um problema central que contribui para a desigualdade social na região. Portanto, apesar de sua crescente popularidade no turismo, o Jalapão ainda lida com questões estruturais relacionadas ao desenvolvimento e igualdade social.

De acordo com os estudos realizados por Aizza (2014), em 2000, 47,15% dos moradores da Microrregião do Jalapão viviam na extrema pobreza; em 2010, esse índice reduziu 29,6%. Quando ao índice de pobreza, a Microrregião condensou

maior índice do estado em 2010, com 45,96% da população; e, em 1991, o percentual de pobreza na região chegou a 78,56%. Ainda, de acordo com a autora, em 2010, dos cinco municípios tocantinenses que apresentavam maior percentual de indivíduos em situação de extrema pobreza, quatro são da Microrregião do Jalapão: Lizarda com 48,36% da população, Recursolândia com 46,78%, Goiatins com 37,47% e São Félix do Tocantins com 36,15%.

Esses dados revelam um território marcado por muitas desigualdades sociais, com o predomínio do trabalho informal, o que acentua maior grau de dependência da população aos programas sociais de transferência de renda e revela que a pobreza não é apenas um aspecto transitório do sistema capitalista, mas é elementar, estrutural, fruto da sua própria dinâmica e desenvolvimento. Para Aizza (2014), ainda que o Jalapão tenha obtido visibilidade e notoriedade na última década por conta da exploração turística, existe um problema crucial que é a grande desigualdade social e a pobreza.

Milagres (2020) aprofunda a compreensão dos dilemas do desenvolvimento regional no Jalapão destacando a questão do acesso como uma das principais vulnerabilidades que afetam a dinâmica socioeconômica local. A dificuldade da população para se deslocar entre os municípios da região ou mesmo para os centros urbanos mais próximos é um problema que afeta diretamente a busca por melhorias nas estruturas coletivas tais como: acesso à saúde, saneamento básico, educação, emprego, segurança pública entre outras.

A análise das políticas e práticas de gestão dos recursos orçamentários pode revelar lacunas e desafios na implementação de políticas públicas na Microrregião do Jalapão. Identificar esses desafios pode fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas e ações governamentais, visando uma maior eficácia na prestação dos serviços e o alcance dos resultados desejados.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi estruturada a partir de investigação bibliográfica, documental e coleta de dados disponibilizados para consulta pública por meio do Sistema de Integração de Controle e Auditoria Pública (Sicap) do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Ambas as plataformas de dados públicos estão disponíveis no Portal do Cidadão, no *site*

do TCE/TO sobre os municípios da Microrregião do Jalapão, informações essas, contidas nas peças Orçamentárias, nos exercícios de 2018 a 2021.

Para melhor compreensão do percurso seguido pela pesquisa, ela foi estruturada em fases, as quais especifica-se a seguir:

1ª Fase: Levantamento bibliográfico com base em pesquisas e dados já publicados em formato escrito e eletrônico, como livros, artigos e documentos oficiais – que constituem o assunto, utilizando-se de autores que se aprofundaram na temática.

2ª Fase: Coleta de dados extraídos do Sicap, disponíveis no Portal do Cidadão do *site* do TCE/TO, referentes a informações orçamentárias de receitas e despesas, gastos por função, anexos do PPA com suas ações, programas, metas físicas e financeiras com também dados IEGM como legislação, questionários e relatórios.

3ª Fase: Análise dos dados consolidados, verificando-se sua correlação e relevância para o processo de desenvolvimento municipal/regional, utilizando-se o IEGM como parâmetro.

4ª Fase: Elaboração das considerações finais, a partir dos dados coletados das discussões realizadas.

#### *Análise dos dados orçamentários*

Uma visão geral do orçamento, abrangendo o período de 2018 a 2021, serviu como ponto de partida para análises mais aprofundadas sobre a eficiência da gestão e a alocação dos recursos nos diferentes municípios. Analisou-se por categorização, utilizando como base os dados gerais. Esse enfoque permite uma análise mais específica e comparativa entre os municípios da região do Jalapão, no Tocantins.

Quadro 1 – Análise do PPA em categorias

	<b>Categorias</b>	<b>Subsivisões analisadas- Microrregião do Jalapão 2018 a 2021</b>
Visão Geral da Lei Orçamentária 2018 a 2021	Distribuição de Recursos em cada município	Valores anuais orçamentários de cada município.
	Comparação de valores orçamentários percapita	População, variação ppopulacional, estabilidade populacional e comparação percapita.
	Execução orçamentária em cada exercício	Execução da LOA.

	Análise de tendência ao longo dos anos	PPA , metas financeiras, PPA versus habitantes, Identificação de desigualdades PPA, variação PPA.
	Áreas prioritárias	Orçamento Saúde e Orçamento Educação. IEGM
	Gestão adequada dos recursos	Receita corrente líquida

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023).

As categorias trabalhadas na análise orçamentária incluíram:

- a) Distribuição dos recursos em cada município: Essa categoria investiga como os recursos orçamentários são distribuídos entre os municípios da microrregião, identificando se há disparidades na alocação de recursos entre eles;
- b) Comparação de valores orçamentários per capita: Essa categoria analisa o montante de recursos orçamentários disponíveis por habitante em cada município, permitindo uma comparação mais justa e equitativa entre eles;
- c) Execução orçamentária em cada exercício: Nessa categoria, é verificada a efetiva execução do orçamento em cada ano, examinando se os recursos previstos foram utilizados conforme o planejamento inicial;
- d) Análise de tendência ao longo dos anos: Essa categoria busca identificar padrões de alocação de recursos ao longo dos anos, verificando se existem tendências ou mudanças significativas na gestão orçamentária dos municípios;
- e) Áreas prioritárias contempladas e adequação dos recursos: Essa categoria avalia se as áreas prioritárias, saúde e educação, estabelecidas no planejamento orçamentário são devidamente contempladas com os recursos necessários.

### *Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)*

Uma outra fonte central para esta pesquisa como ferramenta de coleta de dados é o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é uma ferramenta criada pelo Tribunal de Contas do Estado com o objetivo de avaliar a efetividade da gestão pública nos municípios brasileiros.

Essa avaliação abrange sete dimensões, incluindo Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança

em Tecnologia da Informação. Cada dimensão é analisada por meio de indicadores específicos, utilizando dados fornecidos pelas prefeituras. O IEGM desempenha um papel crucial como instrumento de controle e fiscalização, permitindo identificar o desempenho e a eficiência das prefeituras em diferentes áreas de atuação.

Quadro 2 – Classificação do IEGM – Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Com base nos resultados do IEGM, foi possível obter uma visão abrangente da situação da gestão pública em cada município, destacando áreas com maior eficiência e identificando pontos que necessitam de melhorias. Essa abordagem torna-se valiosa tanto para os órgãos de controle, como o TCE, que podem acompanhar o desempenho dos municípios e tomar decisões embasadas, quanto para a população, que tem acesso a informações relevantes sobre a qualidade da gestão pública em seu local de residência. A transparência proporcionada pelo IEGM também incentiva a participação cidadã e o controle social, impulsionando a busca por uma gestão mais transparente, eficaz e comprometida em atender as necessidades da população.

Os dados coletados estão disponíveis no portal do cidadão e no sistema IEGM disponíveis no site do TCE/TO. Essas fontes de informações estão em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, a finalidade maior da publicação dos atos da administração pública é tornar possível o acesso do cidadão às suas ações, e a administração pública, por sua vez, deve prestar contas à sociedade. Além disso, as fontes de informações permitem a extração dos dados necessários para a análise e avaliação

da execução orçamentária e da gestão pública.

Após análise dos dados quantitativos referente ao Sicap realizado uma análise nos dados referentes ao Índice de efetividade da gestão municipal-IEGM dando prioridades as Metas relacionadas a ODS educação e saúde conforme o Quadro 2.

Quadro 3 – Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS Educação e Saúde

Metas ODS	Questão IEGM
3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos	<b>17 I-Saúde:</b> Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2019, informe:
	<b>17.1 I-Saúde:</b> Número de nascidos vivos de mães residentes no município
	<b>17.2 I-Saúde:</b> Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde
	<b>17.3 I-Saúde:</b> Número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade
3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	<b>1 do I-Saúde:</b> O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e
	<b>1.1 do I-Saúde:</b> Que tipo de sistema?
	<b>1.2 do I-Saúde:</b> Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	<b>2 do I-Saúde:</b> O município disponibiliza consultas médicas a distância utilizando instrumentos tecnológicos?
	<b>7 do I-Saúde:</b> O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?
	<b>9 do I-Saúde:</b> O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas?
	<b>14 do I-Saúde:</b> O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBS por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?
	<b>18 do I-Saúde:</b> Sobre o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade, informe o percentual de cobertura: Vacina pentavalente (3ª dose); Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose); Vacina Poliomielite (3ª dose); Vacina Tríplice Viral (1ª dose)
<b>22 do I-Saúde:</b> O município possui Plano Municipal da Saúde atualizado, contendo metas físico-financeiras quantificáveis?	
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	<b>1 do I-Educ.:</b> A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	<b>4 do I-Educ.:</b> A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2019?
	<b>4.3 do I-Educ.:</b> Número de crianças de 6 a 10 anos não atendidas
	<b>5 do I-Educ.:</b> A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
	<b>6 do I-Educ.:</b> A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	<b>7 do I-Educ.:</b> Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	<b>18 do I-Educ.:</b> O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?
	<b>2 do I-Educ.:</b> A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2019?
	<b>2.3 do I-Educ.:</b> Número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas
	<b>3 do I-Educ.:</b> A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2019?



<b>Metas ODS</b>	<b>Questão IEGM</b>
<b>4.2</b> Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	<b>3.3 do I-Educ.:</b> Número de crianças de 4 a 5 anos não atendidas
	<b>9 do I-Educ.:</b> Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?
	<b>21 do I-Educ.:</b> Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: [Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?] [Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?]
<b>4.a</b> - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	<b>10 do I-Educ.:</b> Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):]
	<b>11.1 do I-Educ.:</b> Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc):
	<b>11.2 do I-Educ.:</b> Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura
	<b>28 do I-Educ.:</b> Quantos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no exercício em exame?
<b>4.c</b> - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados	<b>16 do I-Educ.:</b> Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?
<b>11.7</b> - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	<b>26 do I-Saúde:</b> Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2019, responda: Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro do exercício em exame? Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de

Fonte: : Elaborado pela Equipe (ODS, IEGM/2019)

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Microrregião do Jalapão**

O estado do Tocantins foi fundado em 1988 e está localizado na região Norte. Além de Palmas, capital do estado, está dividido em outros 138 municípios que, segundo dados demográficos do IBGE de 2010, possuem 1.383.445 habitantes, distribuídos em 277.621.858 quilômetros quadrados. Os 139 municípios do estado são divididos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em duas mesorregiões (Ocidental e Oriental) e oito microrregiões. A mesorregião ocidental é composta por cinco microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso; e a mesorregião oriental é constituída pelas microrregiões de Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional.

De acordo com dados do IBGE no ano de 2010, a economia do Tocantins

respondeu por 0,5% do PIB do País, e a região Norte por 8,3%. Os principais componentes do PIB do Tocantins são: agricultura, indústria, serviço. Percebe-se que o setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB do País, e esse setor econômico está concentrado na capital, Palmas, e nas cidades próximas à BR-153, com grande fluxo de pessoas nessa localidade (SOUZA, 2004). A agricultura representa cerca de 99% da atividade de exportação do estado, e a pecuária de corte é um dos elementos econômicos importantes.

Localizada na Mesorregião Oriental do Tocantins, a Microrregião do Jalapão é composta por 15 municípios do estado do Tocantins, com uma área total de 53.506.808 quilômetros quadrados. Composto pelos municípios de Barra do Ouro, CamposLindo, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Lagoa doTocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta doTocantins, Recursolândia, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix doTocantins. O município de Goiatins é o município mais populoso, com uma estimativa de 12.143 habitantes em 2015, enquanto o município de São Félix é o menos populoso, com 1.450 habitantes.

Tabela 1 – Habitantes por município 2018-2021 - Região do Jalapão – Tocantins

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	4.549	4.591	4.632	4.673
Campos Lindos	9.917	10.116	10.312	10.505
Centenário	2.874	2.905	2.936	2.966
Goiatins	12.942	13.019	13.095	13.169
Itacajá	7.414	7.433	7.452	7.471
Itapiratins	3.758	3.777	3.795	3.814
Lagoa do Tocantins	4.237	4.316	4.393	4.470
Lizarda	3.748	3.740	3.733	3.727
Mateiros	2.638	2.684	2.729	2.773
Novo Acordo	4.287	4.342	4.397	4.450
Ponte Alta do Tocantins	7.961	8.039	8.116	8.192
Recursolândia	4.604	4.293	4.342	4.389
Rio Sono	6.468	6.478	6.488	6.498
Santa Tereza do Tocantins	2.834	2.866	2.897	2.928
São Félix do Tocantins	1.572	1.585	1.598	1.610

Fonte: Site do IBGE (2022).

A Microrregião do Jalapão é formada por quinze municípios e ocupa 19,2% do território tocantinense, porém é pouco povoada, ocupada por 5% da

população, com 80.915 habitantes, sendo o Município de Goiatins com o maior número, 13.095, enquanto São Félix do Tocantins tem o menor número populacional, com 1.598 pessoas

A Microrregião do Jalapão é dominada pelas feições geomorfológicas de uma bacia sedimentar, com calcários presentes nos municípios de Barra do Ouro e Campos Lindos, e os principais solos são neossolos e latossolos inseridos no bioma cerrado. Vale destacar que existem áreas indígenas dos povos Krahô e Xerente nos municípios de Itacajá e Rio Sono. Por sua dificuldade de acesso, o Jalapão é um dos melhores roteiros de turismo de aventura do Brasil, área com riquíssimo patrimônio natural e paisagem com pouca intervenção humana.

### **Análise de dados orçamentários gerais da região do Jalapão – TO**

Os dados disponíveis das Leis Orçamentárias (LOA, PPA) foram consolidados e organizados em tabela para facilitar a comparação e identificação de padrões ao longo dos anos. Essa abordagem permitiu uma visão ampla do orçamento, destacando as prioridades e a distribuição dos recursos nos municípios da região.

No período de 2018-2021, os município de maior execução orçamentária foi Goiatins e o de menor valor foi de Lizarda. Um primeiro achado diz respeito que o coeficiente de correlação linear (0,96) é forte entre o valor da execução orçamentária com a quantidade da população (Tabela 2). Quando se observa o valor da execução orçamentária per capita, o município com maior valor foi de São Felix do Jalapão e o de menor foi de Barra do Ouro (Tabela 3).

Tabela 2 – Leis Orçamentárias Anuais 2018-2021 - Região do Jalapão – Tocantins - LOA 2018-2021 – Valores totais em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	18.074.440,50	17.140.000,00	18.500.000,00	19.980.000,00
Campos Lindos	35.783.502,80	30.832.000,00	36.085.500,00	39.850.000,00
Centenário	20.837.015,53	17.000.000,00	16.500.000,00	16.500.000,00
Goiatins	35.968.200,00	34.374.900,00	36.133.645,00	41.000.000,00
Itacajá	20.625.000,00	23.630.900,00	24.339.827,00	26.949.647,00
Itapiratins	22.926.600,00	21.847.520,00	22.787.500,00	24.234.900,00
Lagoa do Tocantins	19.429.260,00	16.747.618,00	18.269.640,24	18.817.729,49
Lizarda	14.691.600,00	14.318.200,00	15.349.450,00	16.229.450,00

Mateiros	21.012.700,00	20.385.120,00	20.716.650,00	20.776.390,00
Novo Acordo	17.037.220,00	17.849.550,00	18.460.000,00	19.567.600,00
Ponte Alta do Tocantins	21.694.498,00	23.320.041,39	24.438.086,48	26.554.707,75
Recursolândia	24.940.806,00	15.877.750,00	15.354.000,00	15.594.000,00
Rio Sono	15.726.000,00	18.400.000,00	21.520.000,00	22.200.000,00
Santa Tereza do Tocantins	14.044.134,03	16.418.518,09	17.075.848,04	17.981.104,69
São Félix do Tocantins	21.550.000,00	15.300.000,00	17.100.000,00	16.800.000,00

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Tabela 3 – Leis Orçamentárias Anuais 2018-2021 - Região do Jalapão – Tocantins - LOA 2018-2021 – Valores per capita em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	3.973	3.733	3.994	4.276
Campos Lindos	3.608	3.048	3.499	3.793
Centenário	7.250	5.852	5.620	5.563
Goiatins	2.779	2.640	2.759	3.113
Itacajá	2.782	3.179	3.266	3.607
Itapiratins	6.101	5.784	6.005	6.354
Lagoa do Tocantins	4.586	3.880	4.159	4.210
Lizarda	3.920	3.828	4.112	4.355
Mateiros	7.965	7.595	7.591	7.492
Novo Acordo	3.974	4.111	4.198	4.397
Ponte Alta do Tocantins	2.725	2.901	3.011	3.242
Recursolândia	5.417	3.699	3.536	3.553
Rio Sono	2.431	2.840	3.317	3.416
Santa Tereza do Tocantins	4.956	5.729	5.894	6.141
São Félix do Tocantins	13.709	9.653	10.701	10.435

Fonte: Site do TCE/TO (2022). Dados trabalhados pelos autores.

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um importante indicador financeiro utilizado pelos municípios brasileiros para fins de planejamento e gestão fiscal. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a RCL é a base de cálculo para diversos limites fiscais, tais como o limite de despesas com pessoal, o limite de endividamento e o limite de gastos com publicidade institucional.

Os municípios tiveram a Receita Corrente Líquida (RCL), o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, com as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais (Tabela 4).

Destaca-se que o município que teve a maior receita corrente líquida por habitante foi São Félix do Tocantins, em média R\$ 8.375 por habitante, e o que teve a menor arrecadação por habitante foi o município de Goiatins em média de R\$ 2.455 por habitante. Vale ressaltar que os municípios são dependentes de transferências financeiras da União (Tabela 5).

Tabela 4 – RCL 2018-2021– Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - RCL 2018-2021 – Valores totais em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	13.511.831,97	15.187.026,89	15.961.511,71	18.224.391,81
Campos Lindos	25.686.230,81	28.514.370,92	32.979.103,42	39.887.991,44
Centenário	10.125.305,22	11.523.871,84	12.622.395,93	14.373.850,66
Goiatins	28.327.144,61	29.987.483,09	33.480.573,19	36.513.722,77
Itacajá	17.411.450,50	19.069.600,03	20.693.987,61	27.449.072,47
Itapiratins	12.059.135,15	14.072.493,77	16.341.793,35	17.546.564,36
Lagoa do Tocantins	11.144.661,02	12.639.601,65	15.020.718,02	17.820.497,67
Lizarda	10.721.479,53	11.896.902,47	14.054.069,28	16.415.336,64
Mateiros	13.541.081,35	13.848.607,97	15.824.197,80	21.877.756,63
Novo Acordo	12.325.630,90	14.337.383,53	15.402.080,67	18.707.634,00
Ponte Alta do Tocantins	16.745.525,12	17.364.694,61	22.105.108,12	24.847.187,09
Recursolandia	12.092.810,81	13.147.461,19	15.121.691,42	18.223.507,70
Rio Sono	14.158.633,87	16.267.073,64	18.579.645,45	22.064.330,10
Santa Tereza do Tocantins	10.884.160,16	12.083.571,99	12.858.434,65	14.961.978,20
São Félix do Tocantins	12.717.966,61	12.378.751,47	12.986.589,60	15.251.987,46

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Tabela 5– RCL 2018-2021– Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - RCL 2018-2021 – Valores per capita em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	1.044	1.167	1.219	1.384
Campos Lindos	2.590	2.819	3.198	3.797
Centenário	1.272	1.433	1.555	1.755
Goiatins	3.821	4.034	4.493	4.887
Itacajá	2.692	2.944	3.190	4.224

Itapiratins	2.651	3.065	3.528	3.755
Lagoa do Tocantins	2.630	2.929	3.419	3.987
Lizarda	2.501	2.740	3.196	3.689
Mateiros	2.941	3.226	3.644	4.985
Novo Acordo	3.280	3.796	4.059	4.905
Ponte Alta do Tocantins	4.468	4.643	5.922	6.667
Recursolandia	4.208	4.526	5.150	6.144
Rio Sono	4.996	5.676	6.413	7.536
Santa Tereza do Tocantins	4.126	4.502	4.712	5.396
São Félix do Tocantins	8.090	7.810	8.127	9.473

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Destarte, o controle da despesa com pessoal é fundamental na gestão pública municipal para garantir a sustentabilidade financeira e o equilíbrio das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para a despesa com pessoal nos municípios, visando evitar o comprometimento excessivo do orçamento com o pagamento de salários e encargos. Além disso, o controle da despesa com pessoal permite que os recursos públicos sejam aplicados de forma mais eficiente, garantindo a prestação de serviços públicos de qualidade à população.

Todos os municípios da microrregião do Jalapão tiveram aumento com a despesa com pessoal levando em consideração o exercício de 2021 em relação ao exercício de 2018 o município teve o maior aumento foi Campos Lindos com 54,15% e o com menor foi Itacajá com 32,88%.

Tabela 6 – Despesa Total com Pessoal – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 – Valores totais em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	6.519.128,05	7.191.696,67	7.599.139,04	8.821.818,02
Campos Lindos	13.183.021,86	14.852.544,37	18.555.426,66	20.321.293,45
Centenário	5.054.514,29	5.169.449,72	5.860.107,84	7.558.689,31
Goiatins	14.556.064,62	15.385.653,29	16.178.744,39	19.946.255,25
Itacajá	10.342.341,59	11.171.615,73	12.053.130,25	13.743.177,16
Itapiratins	6.253.145,82	6.735.201,05	7.354.738,78	9.118.893,56
Lagoa do Tocantins	5.576.139,01	6.370.612,39	7.305.860,97	9.454.556,23
Lizarda	5.703.184,59	5.775.359,04	6.321.253,71	6.763.937,07

Mateiros	6.288.119,65	6.939.129,98	6.996.426,36	9.042.699,22
Novo Acordo	6.550.852,33	6.797.072,88	7.754.357,84	9.473.222,21
Ponte Alta do Tocantins	9.536.974,59	10.025.229,28	12.486.141,06	14.691.067,42
Recursolandia	6.828.646,34	7.007.429,80	8.145.864,94	8.825.915,80
Rio Sono	8.027.454,75	8.985.133,84	8.912.666,25	11.149.089,20
Santa Tereza do Tocantins	5.045.635,35	5.712.825,03	7.295.401,46	7.696.437,69
São Félix do Tocantins	4.581.400,17	4.908.975,93	5.427.334,30	6.971.308,20

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para a despesa com pessoal nos municípios, visando evitar o comprometimento excessivo do orçamento com o pagamento de salários e encargos. Além disso, o controle da despesa com pessoal permite que os recursos públicos sejam aplicados de forma mais eficiente, garantindo a prestação de serviços públicos de qualidade à população.

Verifica-se que todos os municípios tiveram aumento com a despesa com pessoal levando em consideração o exercício de 2021 em relação ao exercício de 2018 o município teve o maior aumento foi Campos Lindos com 54,15% e o com menor foi Itacajá com 32,88%.

Tabela 7 – Limite Legal com Despesa com Pessoal – Região do Jalapão Tocantins – 2018- 2021

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	48%	47%	48%	48%
Campos Lindos	51%	52%	56%	51%
Centenário	50%	45%	47%	53%
Goiatins	51%	51%	48%	55%
Itacajá	59%	59%	58%	50%
Itapiratins	52%	48%	45%	52%
Lagoa do Tocantins	50%	50%	49%	53%
Lizarda	53%	49%	45%	41%
Mateiros	46%	50%	44%	41%
Novo Acordo	53%	47%	50%	51%
Ponte Alta do Tocantins	57%	58%	56%	59%
Recursolandia	57%	53%	54%	48%
Rio Sono	57%	55%	48%	51%
Santa Tereza do Tocantins	46%	47%	57%	51%

São Félix do Tocantins	36%	40%	42%	46%
------------------------	-----	-----	-----	-----

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

O art. 169 da CF seria regulamentado, em 1995, pela Lei Camata I. O limite para as despesas com pessoal da União, dos estados e dos municípios foi estabelecido em 60% de suas respectivas receitas correntes líquidas, ou seja, suas receitas correntes deduzidas as transferências para outros entes federados. Assim todos os municípios estão dentro do limite de despesa com pessoal, não tenho ultrapassado o limite estabelecido na CF em nenhum dos períodos. Comparativo da despesa com pessoal por habitantes pode se notar o custo com pessoal por habitantes para se manter a folha de pagamentos dos municípios.

### **Análise orçamentária da função saúde na microrregião do Jalapão TO**

A análise da meta financeira do PPA para a saúde por habitante fornece informações relevantes sobre a distribuição e o compromisso dos recursos financeiros do município com a saúde da população. Essa comparação ajuda a identificar disparidades entre os municípios e a compreender as prioridades de gastos de cada um. Municípios que apresentaram uma meta financeira com saúde acima do previsto, com um percentual de 15% conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 141/2012. Essa superação da meta financeira na área da saúde indica um comprometimento dos municípios em destinar recursos adequados para esse setor.

No entanto, é necessário analisar não apenas o cumprimento da meta financeira, mas também a efetividade dos investimentos realizados na área da saúde. Avaliar indicadores de acesso, qualidade e resultados dos serviços de saúde é fundamental para garantir que os recursos sejam aplicados de maneira adequada e que a população receba os cuidados necessários.

Comparar a meta financeira do PPA para a saúde por habitante também é relevante, pois permite avaliar se os recursos destinados à saúde são suficientes para atender às necessidades da população. É necessário considerar o número de habitantes e o perfil epidemiológico da região para planejar o investimento em saúde de acordo com as demandas locais, como afirmado pelo Ministério da Saúde.

Tabela 8 – Valores totais destinados a saúde no PPA – Região do Jalapão –



Tocantins – 2018-2021 - em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	3.020.483,38	3.020.483,38	3.020.483,38	3.020.483,38
Campos Lindos	5.192.502,80	5.452.127,94	5.724.734,34	6.010.971,08
Centenário	3.153.111,03	3.153.111,03	3.153.111,03	3.153.111,03
Goiatins	6.803.200,00	7.143.360,00	7.500.528,00	7.875.554,42
Itacajá	3.805.000,00	3.915.000,00	3.960.000,00	3.975.000,00
Itapiratins	3.525.000,00	3.730.400,00	4.337.400,00	5.374.800,00
Lagoa do Tocantins	2.603.775,00	2.733.963,75	2.870.661,94	3.014.195,06
Lizarda	2.541.100,00	2.744.388,00	2.963.939,04	3.201.054,16
Mateiros	4.553.235,00	4.917.493,80	5.310.893,30	5.735.764,78
Novo Acordo	3.385.350,00	3.385.350,00	3.385.350,00	3.385.350,00
Ponte Alta do Tocantins	3.415.649,70	5.600.753,70	7.094.498,18	7.850.292,34
Recursolandia	2.685.000,00	2.685.000,00	2.685.000,00	2.685.000,00
Rio Sono	3.266.500,00	3.266.500,00	3.266.500,00	3.266.500,00
Santa Tereza do Tocantins	2.247.093,67	2.359.448,35	2.477.420,77	2.601.291,81
São Félix do Tocantins	4.341.000,00	4.621.700,00	4.922.000,00	5.195.000,00

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Tabela 9 – Valores per capita destinados a saúde no PPA – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	664	658	652	646
Campos Lindos	524	539	555	572
Centenário	1.097	1.085	1.074	1.063
Goiatins	526	549	573	598
Itacajá	513	527	531	532
Itapiratins	938	988	1.143	1.409
Lagoa do Tocantins	615	633	653	674
Lizarda	678	734	794	859
Mateiros	1.726	1.832	1.946	2.068
Novo Acordo	790	780	770	761
Ponte Alta do Tocantins	429	697	874	958
Recursolandia	583	625	618	612
Rio Sono	505	504	503	503
Santa Tereza do Tocantins	793	823	855	888
São Félix do Tocantins	2.761	2.916	3.080	3.227

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Conforme a Tabela 9, observa-se que o município que mais planejou ações de saúde por habitante foi Itapiratins, com uma média de gasto de R\$ 895,00 por habitante. Por outro lado, o município que menos planejou gastos com ações de saúde foi Campos Lindos, com um valor de R\$ 492,00 por habitante.

Esses dados mostram a variação nos investimentos em saúde por habitante entre os municípios, o que pode indicar diferentes prioridades e estratégias na alocação de recursos para o setor. É importante avaliar a efetividade desses investimentos, considerando a qualidade e o acesso aos serviços de saúde, além dos resultados alcançados em termos de promoção, prevenção e tratamento de doenças.

Por outro lado, é através da apuração correta das receitas que os gestores públicos podem avaliar a disponibilidade de recursos financeiros para investir em ações e serviços de saúde, bem como garantir a transparência na gestão dos recursos públicos e o cumprimento das leis e normas que regem a utilização desses recursos. Além disso, a apuração das receitas também é fundamental para a realização do planejamento planejado em saúde, permitindo que os gestores públicos identifiquem as principais demandas e necessidades de saúde da população, e planejem as ações e serviços que devem ser implementados para atender a essas demandas.

Tabela 10 – Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - valores em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	7.720.635,64	8.701.625,61	8.122.492,60	11.301.011,58
Campos Lindos	16.484.653,48	18.151.249,63	19.660.461,93	26.843.407,37
Centenário	7.502.483,14	8.688.313,27	8.582.581,15	11.138.975,90
Goiatins	12.582.601,60	14.523.615,89	14.594.219,66	18.421.816,90
Itacajá	11.323.112,16	11.911.595,80	11.025.664,21	17.273.515,49
Itapiratins	8.883.364,24	9.489.507,55	9.443.886,50	12.209.004,75
Lagoa do Tocantins	7.448.692,77	8.472.758,40	8.160.988,27	11.131.214,02
Lizarda	8.459.324,44	8.674.317,82	9.146.825,63	12.316.262,16
Mateiros	12.282.466,30	11.933.714,98	13.221.082,34	19.895.282,93
Novo Acordo	8.150.734,37	8.852.020,33	8.861.840,30	13.641.087,11
Ponte Alta do Tocantins	10.456.201,73	10.564.109,63	11.164.082,87	17.660.060,86
Recursolândia	7.471.702,91	8.208.679,80	8.552.380,37	11.078.843,27
Rio Sono	9.455.368,62	10.124.387,94	10.103.366,64	14.954.953,17

Santa Tereza do Tocantins	7.902.103,30	8.449.661,25	8.157.227,43	10.624.620,29
São Félix do Tocantins	12.342.001,79	11.429.480,11	11.306.479,87	14.741.171,63

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

A Tabela 10 mostra a evolução da receita apurada para aplicação e serviços públicos de saúde no período de 2018-2021 vale ressaltar o município que mais aplicou recurso foi Campos Lindos sempre em ordem crescente e o que menos aplicou recurso foi o município de Goiatins. Vale ressaltar ainda que os municípios aplicaram mais recursos no exercício de 2021 período da pandemia do Covid-19.

A Lei Complementar n.º 141 define que os municípios devem aplicar no mínimo 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Ainda nesta Lei, o seu art. 2º determina diretamente o que são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, quais sejam: ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Todos os municípios da microrregião cumpriram o percentual mínimo exigido (Tabela 11).

Tabela 11 – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	19,11%	19,71%	20,73%	15,91%
Campos Lindos	15,04%	28,38%	15,03%	15,28%
Centenário	18,36%	15,43%	16,20%	16,62%
Goiatins	21,86%	23,14%	16,40%	20,81%
Itacajá	18,99%	39,00%	19,73%	26,14%
Itapiratins	16,02%	15,68%	15,64%	18,54%
Lagoa do Tocantins	20,90%	15,14%	15,54%	20,66%
Lizarda	15,42%	15,67%	15,76%	16,73%
Mateiros	15,13%	19,12%	20,65%	20,84%
Novo Acordo	18,00%	18,66%	19,39%	19,41%
Ponte Alta do Tocantins	22,68%	15,14%	16,13%	22,61%
Recursolândia	15,04%	16,14%	15,15%	18,08%
Rio Sono	18,58%	21,05%	21,60%	17,63%

Santa Tereza do Tocantins	16,07%	15,21%	18,03%	21,21%
São Félix do Tocantins	15,25%	15,46%	15,78%	16,49%

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

### **Análise orçamentária da função educação na microrregião do Jalapão TO**

Os dados dispostos na Tabela 12 permite deduzir que os municípios da região do Jalapão, em Tocantins, apresentaram um desempenho positivo em relação à meta financeira com educação. Os valores totais de gastos com educação foram superiores em 25% em comparação com o previsto. Esses gastos estão de acordo com o que é estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevêem a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Observa-se que o município de São Félix do Tocantins foi o que mais planejou suas ações de educação por habitante, com um valor médio de R\$ 2.787,42 por habitante. Por outro lado, o município de Lagoa do Tocantins apresentou o menor planejamento de ações de educação por habitante (Tabela 13).

Tabela 12 – Valores totais destinados a educação no PPA – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	5.296.299,37	5.296.299,37	5.296.299,37	5.296.299,37
Campos Lindos	3.575.100,00	3.753.855,00	3.941.547,75	4.138.625,17
Centenário	1.243.137,78	1.243.137,78	1.243.137,78	1.243.137,78
Goiatins	14.370.000,00	15.088.500,00	15.842.925,00	16.635.071,27
Itacajá	5.177.000,00	5.197.000,00	5.337.000,00	5.391.000,00
Itapiratins	5.508.000,00	5.711.700,00	5.932.500,00	6.166.000,00
Lagoa do Tocantins	852.775,00	895.413,75	940.184,75	987.193,69
Lizarda	3.381.700,00	3.652.236,00	3.944.414,88	4.259.968,09
Mateiros	4.939.045,00	5.334.168,60	5.760.902,09	6.221.774,27
Novo Acordo	3.720.200,00	3.720.200,00	3.720.200,00	3.720.200,00

Ponte Alta do Tocantins	6.278.549,90	6.466.906,40	6.660.913,59	6.860.741,00
Recursolandia	4.604.000,00	4.604.000,00	4.604.000,00	4.604.000,00
Rio Sono	4.501.000,00	4.501.000,00	4.501.000,00	4.501.000,00
Santa Tereza do Tocantins	3.683.592,86	3.867.772,51	4.061.161,12	4.264.219,21
São Félix do Tocantins	4.040.000,00	4.229.615,00	4.576.350,00	4.906.300,00

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Tabela 13 – Valores per capita destinados a educação no PPA – Região do Jalapão – Tocantins – 2018-2021 - em R\$

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	1.164	1.154	1.143	1.133
Campos Lindos	361	371	382	394
Centenário	433	428	423	419
Goiatins	1.110	1.159	1.210	1.263
Itacajá	698	699	716	722
Itapiratins	1.466	1.512	1.563	1.617
Lagoa do Tocantins	201	207	214	221
Lizarda	902	977	1.057	1.143
Mateiros	1.872	1.987	2.111	2.244
Novo Acordo	868	857	846	836
Ponte Alta do Tocantins	789	804	821	837
Recursolandia	1.000	1.072	1.060	1.049
Rio Sono	696	695	694	693
Santa Tereza do Tocantins	1.300	1.350	1.402	1.456
São Félix do Tocantins	2.570	2.669	2.864	3.047

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

A comparação da meta financeira de educação por habitante desempenha um papel importante, pois permite avaliar o comprometimento do município com a educação e sua capacidade de fornecer recursos adequados para o setor.

Vale ressaltar que o PPA é elaborado em uma gestão e concluído no primeiro mandato da próxima gestão. Esses resultados indicam uma priorização da educação e um esforço dos municípios em fornecer recursos adequados para o setor. É importante reconhecer que investir em educação é fundamental para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico, conforme as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em conformidade com o Art. 212 da Constituição Federal todos os municípios tem que aplicar anualmente no mínimo 25% da receita da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Todos os municípios em 2018 e 2019 cumpriram com o gasto mínimo com educação com destaque para o município de Rio sono e Itapiratins que tiveram os maiores percentuais.

Tabela 14 – Percentual Gasto com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Despesas Custeadas com a Receita Resultante de Impostos e Recursos do Fundeb 2018-2021

Municípios	2018	2019	2020	2021
Barra do Ouro	25,65%	27,41%	25,09%	26,52%
Campos Lindos	26,56%	31,20%	28,32%	22,64%
Centenário	27,87%	26,88%	25,12%	27,78%
Goiatins	25,05%	27,42%	24,92%	25,18%
Itacajá	29,68%	26,95%	27,76%	25,16%
Itapiratins	29,09%	37,53%	28,59%	25,07%
Lagoa do Tocantins	25,91%	25,27%	25,18%	25,57%
Lizarda	29,41%	26,52%	25,53%	25,61%
Mateiros	25,67%	25,53%	25,07%	27,26%
Novo Acordo	25,02%	25,05%	25,24%	25,66%
Ponte Alta do Tocantins	25,32%	25,01%	25,38%	17,36%
Recursolandia	32,19%	29,22%	26,73%	25,37%
Rio Sono	37,12%	30,05%	34,15%	25,36%
Santa Tereza do Tocantins	25,68%	26,19%	26,40%	26,38%
São Félix do Tocantins	27,76%	26,02%	25,25%	26,14%

Fonte: Site do TCE/TO (2022).

Em 2020 e 2021 o destaque foram os municípios de Rio Sono e Centenário com os maiores percentuais, vale ressaltar que os municípios de Goiatins em 2020, Campos Lindos e Ponte Alta do Tocantins não cumpriram o mínimo com educação isso não acarretará em sanções futuras pelos os Órgãos de Controle em virtude da Emenda Constitucional que 19/2022, que desobriga aplicação mínima de recursos na educação por estados e municípios em 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19.

## **Análise orçamentária versus eficácia das políticas públicas: explorando os dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)**

Analisando conjuntamente os dados orçamentários/financeiros e os resultados do IEGM I-Saúde e Educação, pode-se obter uma visão mais abrangente da situação dos municípios em relação à gestão financeira e à efetividade na área da saúde e da educação. Essa análise conjunta fornece um panorama mais completo, destacando as interações entre os aspectos financeiros e o desempenho na gestão da saúde. A seguir, seguem algumas observações com base nessa análise combinada:

### *IEGM Saúde*

O município com o melhor desempenho geral no IEGM Saúde é Mateiros, com uma porcentagem de 93% e um total de 15 quesitos atendidos conforme Quadro 1 – Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS Educação e Saúde. Os municípios de Barra do Ouro, Lagoa do Tocantins, Itacajá, e Santa Tereza do Tocantins também obtiveram resultados positivos, com porcentagens entre 80% e 87%.

Em relação ao total de quesitos, os municípios alcançaram uma média de 80. A análise dos recursos orçamentários e desempenho na gestão da saúde revela algumas tendências interessantes nos municípios estudados. Municípios que registraram aumento constante nos valores financeiros, como Campos Lindos, Ponte Alta do Tocantins e Mateiros, apresentaram pontuações relativamente altas no IEGM I-Saúde.

Para os municípios com pontuações mais baixas, como Novo Acordo e Recursolândia, é crucial analisar suas práticas de gestão da saúde e identificar áreas que necessitam de melhorias. Por outro lado, municípios com bom desempenho tanto nos aspectos financeiros quanto na gestão da saúde, como Mateiros e Campos Lindos, podem servir como exemplos de boas práticas e fornecer insights valiosos para outros municípios.

Quadro 4 – Análise dos indicadores do Índice de Efetividade da Gestão Municípios (IEGM I) – Dimensão Saúde

Município	Quesitos <sup>1</sup>
-----------	-----------------------

	01	1.2	02	06	07	09	14	17	17.2	17.3	18.1	18.2	18.3	18.4	22	26	% de atendimento
Barra do Ouro				X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	73
Campos Lindos	X			X	X	X		X							X	X	40
Centenário	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	87
Goiatins	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		80
Itacajá	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		87
Itapiratins	X			X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	80
Lagoa do Tocantins	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		87
Lizarda	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X		80
Mateiros	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	93
Novo Acordo	X	X		X	X	X	X			X		X	X	X	X		67
Ponte Alta do Tocantins	X		X	X	X	X		X		X		X	X	X	X	X	73
Recursolândia				X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		67
Rio Sono	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X		80
Santa Tereza do Tocantins				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	80
São Félix do Tocantins	X	X		X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	80
<b>% de atendimento</b>	<b>80</b>	<b>53</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>80</b>	<b>73</b>	<b>53</b>	<b>73</b>	<b>80</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	

Fonte: Elaboração própria.

<sup>1</sup> Ver Quadro 3 consosante na metodologia para ver descrição dos quesitos.

### *IEGM Educação*

O município com o melhor desempenho geral no IEGM Educação é Barra do Ouro, com uma porcentagem de 79% de atendimento dos quesitos. Outros municípios que apresentaram resultados positivos incluem Lagoa do Tocantins, Itacajá, Itapiratins, Mateiros e Novo Acordo, com porcentagens entre 64% e 71%. A média de atendimento dos quesitos no IEGM Educação foi de 53% dos quesitos foram atendidos.

A análise do IEGM em relação ao orçamento dos municípios na área da educação revela algumas tendências interessantes. Municípios como Barra do Ouro, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do Tocantins, Mateiros e Novo Acordo apresentaram



pontuações mais altas no índice, indicando um bom desempenho na gestão dos recursos financeiros destinados à educação.

Por outro lado, municípios como Centenário, Goiatins, Lizarda, Recursolândia, Rio Sono e Santa Tereza do Tocantins enfrentam desafios na gestão educacional, com pontuações mais baixas no IEGM. Isso sugere que esses municípios podem precisar de recursos adicionais, capacitação e estratégias de gestão mais eficientes para melhorar o desempenho na área educacional. Em resumo, é fundamental que os gestores municipais direcionem os recursos financeiros de forma eficaz e implementem boas práticas de gestão para garantir uma educação de qualidade.

No contexto do IEGM e do orçamento para a educação, os municípios que obtiveram melhores pontuações foram aqueles que conseguiram gerenciar efetivamente os recursos financeiros disponíveis. Barra do Ouro, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do Tocantins, Mateiros e Novo Acordo demonstraram um bom desempenho na gestão educacional.

Por outro lado, Centenário, Goiatins, Lizarda, Recursolândia, Rio Sono e Santa Tereza do Tocantins enfrentam desafios na gestão da educação, apresentando pontuações mais baixas. Esses municípios podem se beneficiar de estratégias de gestão mais eficientes, bem como de recursos adicionais, para melhorar a qualidade da educação oferecida. É fundamental que os gestores municipais priorizem a alocação adequada dos recursos financeiros e implementem políticas educacionais eficazes para garantir um sistema educacional sólido e de qualidade.

Quadro 5 – Análise dos indicadores do Índice de Efetividade da Gestão Municípios (IEGM I) – Dimensão Educação

Município	Quesitos <sup>1</sup>														% de atendimento
	01	02	03	3.3	04	4.3	05	06	09	10	11	16	18	28	
Barra do Ouro	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X		<b>79</b>
Campos Lindos	X	X	X	X	X	X	X	X				X			<b>64</b>
Centenário	X							X		X			X		<b>29</b>
Goiatins							X								<b>7</b>
Itacajá	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X			<b>71</b>
Itapiratins	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X			<b>71</b>

Lagoa do Tocantins		X	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X	<b>79</b>
Lizarda							X				X	X	X	X	<b>36</b>
Mateiros	X		X	X	X	X	X	X				X	X	X	<b>71</b>
Novo Acordo	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X		<b>71</b>
Ponte Alta do Tocantins	X	X	X		X		X	X				X	X		<b>57</b>
Recursolândia	X										X		X		<b>21</b>
Rio Sono	X												X	X	<b>21</b>
Santa Tereza do Tocantins	X						X	X			X		X		<b>36</b>
São Félix do Tocantins	X		X	X	X	X				X	X		X		<b>57</b>
<b>% de atendimento</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>53</b>	<b>6</b>	<b>53</b>	<b>53</b>	<b>67</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	
		<b>7</b>	<b>0</b>		<b>0</b>					<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	

Fonte: Elaboração própria.

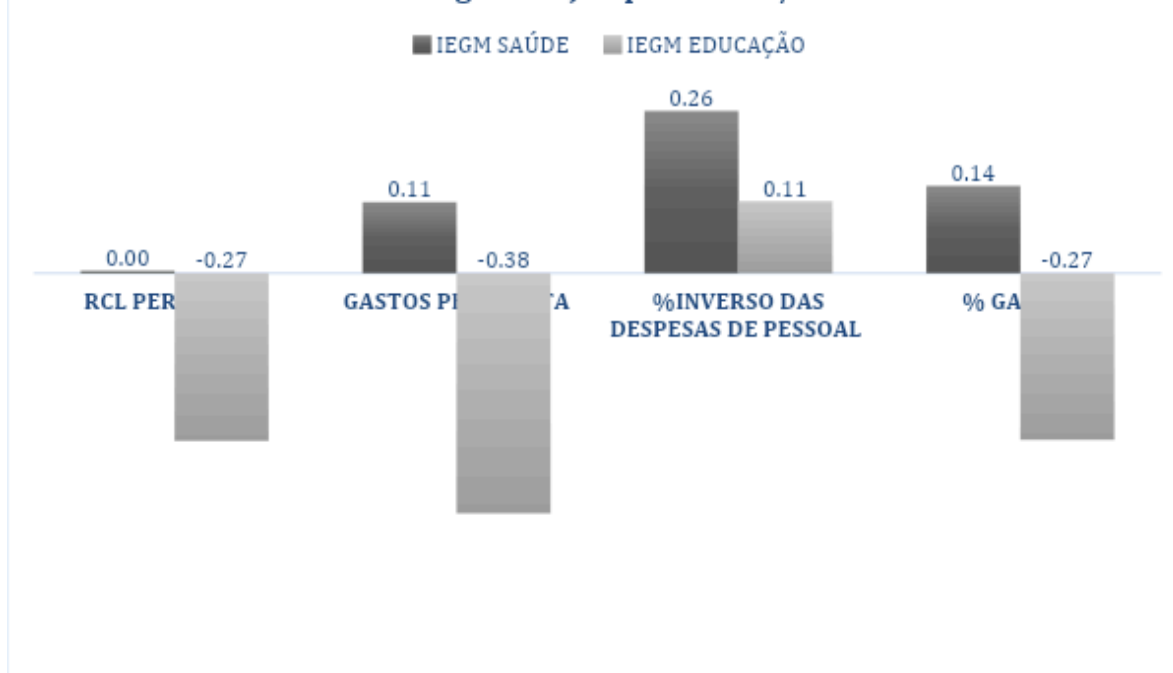
<sup>1</sup> Ver Quadro 3 consosante na metodologia para ver descrição dos quesitos.

### *Análise de correlação entre dados orçamentários e os IEGM's saúde e educação*

Analisando em conjunto, podemos observa-se que os municípios tiveram um desempenho geral melhor no IEGM Saúde em comparação com o IEGM Educação. A porcentagem média de atendimento dos quesitos no IEGM Saúde foi de 80%, enquanto no IEGM Educação foi de 53%.

Na análise de dados realizados, não foram encontradas muitas regularidades estatísticas entre os dados de efetividade de saúde e educação com as variações entre dados orçamentários. Um achado relevante, foi que os municípios mais prudentes nos gastos com pessoal, apresentaram melhores desempenhos , na média, do que os outros. Uma outra constatação é que existem maiores evidências estatísticas que um gasto per capita em saúde apresentou efeitos maiores sobre a efetividade da função, do que no setor educacional (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Correlação estatística entre os componentes de efetividade de saúde e educação com dados orçamentários - Microrregião do Jalapão - 2017/2021**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar a relação entre a alocação dos recursos orçamentários e a implementação de políticas públicas de saúde e educação na Microrregião do Jalapão. Ao investigar esta relação, buscou-se compreender como a gestão eficaz dos recursos orçamentários contribui para a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde e educação na microrregião. A pesquisa concentrou-se na análise do planejamento e execução orçamentária, com especial atenção para o impacto dessa execução na oferta de serviços públicos relacionando ao índice de efetividade da gestão municipal na Microrregião do Jalapão.

Com base na análise de resultados apresentada, verificou-se que os municípios mais prudentes nos gastos com pessoal, apresentaram melhores desempenhos, na média, do que os outros. Uma outra constatação é que existem maiores evidências estatísticas que um gasto per capita em saúde apresentou efeitos maiores sobre a efetividade da função, do que no setor educacional.

De acordo com os dados quantitativos analisados, os municípios conseguiram atingir o limite orçamentário de forma adequada, demonstrando uma gestão orçamentária que está aderente aos parâmetros estabelecidos. Isso indica que os

esforços têm sido direcionados para garantir o cumprimento das metas e limites orçamentários, o que é um aspecto positivo.

No entanto, a análise também revelou que, sob uma perspectiva qualitativa, a prestação dos serviços públicos precisa ser aprimorada para elevar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Os municípios da Microrregião do Jalapão nas áreas prioritárias saúde e educação apresentaram as piores notas nessa avaliação, o que indica deficiência e que há espaço para melhorias significativas na efetividade das políticas públicas implementadas e na qualidade dos serviços oferecidos à população.

Os dados revelaram que os municípios da Microrregião do Jalapão alcançaram limites orçamentários de forma adequada durante os exercícios fiscais. Isso foi feito examinando-se o orçamento foi executado conforme o planejado, se as despesas estavam previstas conforme receitas. Por outro lado, a análise do IEGM indicou que as áreas da saúde e educação precisam ser aprimoradas. Assim, conclui-se que a correta alocação de recursos e uma execução orçamentária eficaz são fundamentais, mas não suficientes, para garantir a excelência na prestação de serviços públicos. A efetividade na gestão municipal são fatores críticos que demandam atenção contínua.

Por fim, as conclusões do estudo indicam que é necessário alinhar o PPA dos municípios com o IEGM, visando melhorar a qualidade das políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento da região. Destaca-se a importância de os gestores se preocuparem em oferecer serviços de qualidade à população, avaliando de forma mais eficiente o planejamento e a execução do orçamento, considerando as receitas e despesas públicas.

## **REFERÊNCIAS**

AIZZA, Leila Eliane. **O Programa Bolsa Família: um estudo sobre a desigualdade de renda e a pobreza no estado do Tocantins (2004-2013)**. 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2014.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: maio. 2020.

FRANÇA, Andison Antonio de Oliveira; COSTA Kênia Gonçalves. A construção do território tocantinense por meio da cartografia das microrregiões. **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 05, n.0 08, jul./dez. de 2016.**

MILAGRES, Cleiton Silva F. **O Sistema Socioecológico do Jalapão e os dilemas para o desenvolvimento regional.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal 123 do Tocantins, Palmas, TO, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O planejamento em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS): instrumentos básicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos-de-eventos/seminario-debate-sobre-o-financiamento-da-saude/ANEXO%20VII%20-20Planejamento%20em%20sa%C3%BAde%20no%20SUS%20-%20Instrumentos%20b%C3%A1sicos.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Série Pactos pela Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/serie\\_pactos\\_saude\\_4ed.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/serie_pactos_saude_4ed.pdf). Acesso em: 12 mar. 2023.

MOTA, Rafael Ferreira. A Receita Corrente Líquida como Base de Cálculo para Limites Fiscais na Gestão Pública Municipal. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 5, n. 12, p. 47-62, dez. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/receita-corrente-liquida>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública para auditor fiscal da Receita Federal e auditor Fiscal do Trabalho.** Rio de Janeiro: Campus – Esevier, 2012.

RODRIGUES, S. C. S.; RODRIGUES, W. **Estimativa do valor econômico de reservas ecoturísticas na Amazônia Legal: o caso do Jalapão, Estado do Tocantins.** Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 3, n. 6, jan./jun. 2008.